

# Projeto de Lei nº 2865, de 2019

**Iniciativa:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

## Ementa:

Altera os arts. 23 e 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para explicitar hipótese de legítima defesa em caso de violação de domicílio.

### Explicação da Ementa:

*Prevê redução de pena em caso de crimes praticados por excesso do direito de legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito, quando o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção. Determina que não há crime por quem utiliza, em seu local de habitação ou profissão, meio adequado de defesa para prevenir agressão à incolumidade ou à propriedade.*

**Assunto:** Jurídico - Direito Penal e Penitenciário

**Data de Leitura:** 14/05/2019

### Em tramitação

**Decisão:** -

**Destino:** -

**Último local:** 13/09/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Último estado:** 13/09/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

### Tramita em conjunto com:

Projeto de Lei nº 2393 de 2019

Projeto de Lei nº 2175 de 2019

Projeto de Lei nº 3118 de 2019

Projeto de Lei nº 1923 de 2019

Projeto de Lei nº 663 de 2019

Projeto de Lei nº 3133 de 2019

Projeto de Lei nº 3462 de 2019

Projeto de Lei nº 648 de 2019

Projeto de Lei nº 1199 de 2019

Projeto de Lei nº 2025 de 2019

Projeto de Lei nº 3404 de 2019

Projeto de Lei nº 1030 de 2019

Projeto de Lei nº 1546 de 2019

## Projeto de Lei nº 2865, de 2019

**Tramita em conjunto com:**

Projeto de Lei nº 1544 de 2019

Projeto de Lei nº 1545 de 2019

Projeto de Lei nº 2171 de 2019

Projeto de Lei nº 3405 de 2019

Projeto de Lei nº 3032 de 2019

Projeto de Lei nº 1715 de 2019

Projeto de Lei nº 3132 de 2019

Projeto de Lei nº 2855 de 2019

Projeto de Lei nº 1521 de 2019

**Despacho:****14/05/2019****Leitura da Matéria****Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria**

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**07/07/2023****Decisão da Presidência****Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria**

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Relatoria:****CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**Senador Rodrigo Pacheco (encerrado em 18/02/2021 -  
Alteração na composição da comissão)Senador Fabiano Contarato (encerrado em 21/12/2022 - Fim de  
Legislatura)**TRAMITAÇÃO****1ª Autuação****13/09/2023** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Matéria aguardando distribuição.

(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236/2012 os seguintes Projetos: PL nº 63, 64, 65, 66, 71, 73 e 376, de 2015; 80, de 2016; e tramitam anexadas ao PLS nº 236/2012, nos termos do art. 374, II, do RISF, os seguintes Projetos: PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2712, 2726, 2855, 2865, 2897, 3032, 3067, 3118, 3132, 3133, 3404, 3405, 3462, 3464, 3676, 3677, 3703, 3805, 4011, 4233, 4305, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052, 5120, 5192, 5273, 5274, 5285, 5301, 5316, 5456, 5457, 5543, 5648, 5700, 5742, 5891, 5952, 6216, 6304, 6419, 6482 e 6584, de 2019; e nº 481 e 495, de 2020).

**1ª Autuação****07/07/2023** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** A matéria retorna à CCJ, para ser anexada ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, nos termos do art. 374, II, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 37-42 - DSF nº 113

## TRAMITAÇÃO

## 1ª Autuação

**21/12/2022** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Ação:** A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

## 1ª Autuação

**16/02/2022** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação:** Redistribuído ao Senador Fabiano Contarato, para emitir relatório.  
(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 43, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2712, 2726, 2855, 2865, 2897, 3007, 3032, 3067, 3076, 3118, 3132, 3133, 3404, 3405, 3410, 3462, 3464, 3676, 3677, 3703, 3712, 3805, 3967, 4011, 4194, 4230, 4233, 4287, 4305, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052, 5120, 5192, 5273, 5274, 5285, 5301, 5316, 5456, 5457, 5543, 5648, 5700, 5742, 5891, 5952, 6206, 6216, 6304, 6400, 6401, 6482, 6584, e 6419 de 2019; e o SCD nº 8, de 2015.)

## 1ª Autuação

**18/02/2021** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação:** Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

## 1ª Autuação

**07/02/2020** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA

**Ação:** Mantida a relatoria com o Senador Rodrigo Pacheco.  
Em função de ser o relator do PLS nº 236, de 2012 (Reforma do Código Penal Brasileiro).  
(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 43, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2712, 2726, 2855, 2865, 2897, 3007, 3032, 3067, 3076, 3118, 3132, 3133, 3404, 3405, 3410, 3462, 3464, 3676, 3677, 3703, 3712, 3805, 3967, 4011, 4194, 4230, 4233, 4287, 4305, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052, 5120, 5192, 5273, 5274, 5285, 5301, 5316, 5456, 5457, 5543, 5648, 5700, 5742, 5891, 5952, 6206, 6216, 6304, 6400, 6401, 6482, 6584, e 6419 de 2019; e o SCD nº 8, de 2015.)

## 1ª Autuação

**30/10/2019** SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

**Ação:** Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 982, de 2019, de autoria do Senador Alvaro Dias, que solicita o desapensamento do PLS 658/2015.  
A presente matéria retorna à CCJ.

## 1ª Autuação

**30/10/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Situação:** AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

## TRAMITAÇÃO

**Ação:** Aguardando leitura de requerimento, do Senador Alvaro Dias, que solicita o despensamento do PLS 658/2015.

## 1ª Autuação

**30/10/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação:** Devolvido pelo Senador Rodrigo Pacheco para atender à solicitação constante do OF. SF/866/2019, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento formulado pelo Senador Alvaro Dias, para tramitação autônoma do PLS 658/2015. À SLSF.

## 1ª Autuação

**16/05/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA

**Ação:** Distribuído ao Senador Rodrigo Pacheco, para emitir relatório. Em função de ser o relator do PLS nº 236, de 2012 (Reforma do Código Penal Brasileiro). (Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 658, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1544, 1545, 1546, 2855 e 2865, de 2019; e o SCD nº 8, de 2015.)

## 1ª Autuação

**14/05/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Situação:** MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.

**Ação:** Encaminhado à publicação. À CCJ, nos termos do art. 374, II, do RISF, para anexação ao PLS 236/2012. Este processo contém 2 (duas) folhas numeradas.

*Publicado no DSF Páginas 330-333 - DSF nº 67*

*Publicado no DSF Páginas 334 - DSF nº 67*

## 1ª Autuação

**14/05/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Ação:** Leitura da matéria na sessão do SF nº72, em 14/05/2019.

## DOCUMENTOS

## PL 2865/2019

**Data:** 14/05/2019

**Autor:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Descrição/Ementa:** Altera os arts. 23 e 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para explicitar hipótese de legítima defesa em caso de violação de domicílio.

### DOCUMENTOS

#### Avulso inicial da matéria

**Data:** 14/05/2019

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Ação Legislativa:** Encaminhado à publicação.  
À CCJ, nos termos do art. 374, II, do RISF, para anexação ao PLS 236/2012.  
Este processo contém 2 (duas) folhas numeradas.

**Descrição/Ementa:** -